

André Gustavo

Constituinte, que Constituinte?

Há uma passagem, em *Cem Anos de Solidão*, a obra maior de Gabriel Garcia Marquez, em que um dos Aureliano Buendia assiste ao fuzilamento de duas mil pessoas na praça central de sua querida Macondo. Ele, através de estratagemas e disfarces, consegue fugir daquele local e abandona a cidade como clandestino num trem que carregava bananas. Vive dois anos em seu exílio solitário e, quando o governo cai, retorna à sua origem.

Mas, para surpresa sua — uma surpresa misturada a um profundo desencanto, com pitadas de resignação — ninguém, nem seus amigos, nem os colegas de trabalho, consegue se lembrar do incidente. O fuzilamento das duas mil pessoas na praça pública havia passado para a categoria de situação imaginária por intermédio de uma bem elaborada campanha de relações públicas de uma empresa multinacional. A memória coletiva é fraca na América Latina e os políticos sabem disto e se aproveitam deste inusitado comportamento.

Esse exemplo me veio à memória porque o Congresso Nacional está fazendo o possível para que a sociedade brasileira esqueça a promessa feita em praça pública de convocar uma Assembléia Constituinte, livre e soberana. Como aquele personagem de Garcia Marquez eu vi e ouvi tal promessa, mas hoje diante do que se passou no Congresso Nacional é difícil entender para onde caminha a política brasileira. A Constituinte, que foi a maior bandeira de oposição, está sendo alvo de todo tipo de conchavos, negociações, umas maiores outras menores — e para completar a sequência de equívocos deixou de ser votada no seu segundo turno.

O presidente François Mitterrand em sua recente viagem ao Brasil evitou dizer que o Brasil não é um País sério. Não é preciso dizer, os fatos — na política — são eloquentes por si próprios. Afinal de contas, o partido que era oposição no ano passado chegou ao governo, fez um ministério, ganhou a eleição presidencial, estabeleceu-se firmemente no poder. E a sua promessa maior — que envolvia a criação de um novo País — passou a ser negociada na base da barganha político-partidária. É como se um governo, como Reagan, por exemplo, começasse a negociar com seu antecessor, Carter, sobre o projeto de Guerra nas Estrelas. Ou como se o presidente Mitterrand abandonasse o seu socialismo para conversar com Giscard D'Estaing sobre questões cruciais de seu projeto de governo.

Ao lado disto ocorrem situações quase cômicas. O líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, fez o possível para rejeitar a anistia ampla sugerida pela emenda do deputado Jorge Uequed. Mas quando percebeu que estava entrando por um caminho perigoso, liberou a sua bancada para votar como desejasse. O primeiro a contrariar a disposição da liderança foi o presidente do partido que, no dia seguinte, retificou seu voto para vetar aquela anistia. E antes, muito antes, o relator Bierrembach havia anunciado para quem desejasse ouvir que pretendia propor a Constituinte autônoma — que foi cerceada pelo Congresso.

Tudo isso vai mostrando o perfil de um tranho processo, que não encontra explicações dentro do plano do razoável. Não há justificativas que expliquem esse estranho comportamento dos parlamentares que mudam de voto, que desafiam a liderança, que esquecem as promessas e saem correndo para os seus estados sem votar o segundo turno da emenda que estabelece a Constituinte. Deixaram, também, sem votação o segundo turno da reforma tributária de emergência. Não há dúvida que as eleições municipais são importantes no contexto da política nacional, mas a Constituinte é a ação que vai permitir a mudança da sociedade. Essa mudança foi esquecida, entre tantas exigências para votar desta ou daquela maneira.

Não há nenhuma garantia de que a emenda constitucional seja, afinal, votada ainda este ano. Dizem alguns parlamentares que ela poderá ser novamente examinada logo após a eleição de 15 de novembro. Mas, isto é apenas uma possibilidade. Ontem um parlamentar, exausto por tantas conversas, fazia outra previsão: segundo ele, a Constituinte só deverá ser examinada no próximo ano. Votar a Constituinte depois da eleição municipal é decisão perigosa, porque o resultado do 15 de novembro poderá contribuir para modificar ainda mais esse estranho procedimento parlamentar brasileiro. E deixá-la para o próximo ano será uma ação destinada a ser registrada em romance político latino-americano.

Mais interessante ainda é que o principal adversário do PMDB tem sido o próprio PMDB. Desde o confuso episódio do relatório do projeto de emenda constitucional até a estranhíssima reunião de terça e quarta-feira passadas o maior partido enrolou-se na sua própria retórica. As divisões ocasionadas pela eleição municipal contribuíram para aumentar o fosso entre a liderança e os liderados. O resultado está aí. Dentro de alguns meses, a continuar essa marcha confusa no rumo do desconhecido, algum parlamentar poderá perguntar com ar de espanto: "Constituinte, que Constituinte?"